

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM SANTA
CATARINA: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Luciana Butzke (UFSC)

Ivo Marcos Theis (FURB)

Planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina: caminhos e descaminhos

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar o planejamento regional e urbano em Santa Catarina tendo como referencial teórico e normativo o planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável. Parte-se do pressuposto de que a experiência catarinense de planejamento possui características do planejamento convencional que prioriza a dimensão econômica e o curto prazo, é centralizado e trata inadequadamente as desigualdades regionais e urbanas, bem como a problemática ambiental. Dessa forma, descreve-se a experiência de planejamento em Santa Catarina, indicando as características do planejamento convencional e identificando os aspectos que apontam em direção ao planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável, que recusa a ênfase na dimensão econômica, direciona-se ao longo prazo, é de natureza transdisciplinar, descentralizado e participativo. A questão proposta é investigada pela revisão bibliográfica de fontes secundárias, buscando um diálogo entre as principais referências do tema proposto. As informações são analisadas de forma a revelar, sobretudo, os caminhos e descaminhos do planejamento regional e urbano em Santa Catarina, tendo como horizonte o planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável.

1. Introdução

“Você poderia me dizer, por favor, por qual caminho devo seguir agora?”, perguntou ela. “Isso depende muito de aonde você quer ir”, respondeu o gato.
(Lewis Carroll, Alice no país das maravilhas *apud* SACHS, 2004:9)

No Brasil, o planejamento do desenvolvimento em nível estadual caminha lado a lado com a experiência federal de planejamento. Os estados tornaram-se permeáveis à lógica do planejamento econômico para resolver problemas de desenvolvimento e estabelecer melhores relações com o governo federal. Em Santa Catarina, Schmitz (1985, p. 29) observou que “a linha evolutiva da participação estatal na atividade econômica catarinense foi sempre condicionada pela cultura, estágio de desenvolvimento e ideologia dominantes em cada época e pela coerência com o modelo nacional”.

O planejamento do desenvolvimento estadual se identifica, em grande medida, com o planejamento do desenvolvimento federal, principalmente no que se refere à ênfase na dimensão econômica e no curto prazo, no tratamento setorial, nas dificuldades em lidar com as desigualdades regionais e urbanas e na incorporação da problemática ambiental. Percebe-se, no caso catarinense, que o crescimento econômico, impulsionado pela ação estatal, não levou a uma melhor distribuição da renda, à diminuição das desigualdades regionais e urbanas e a um melhor aproveitamento dos recursos naturais. “Não é necessário ter muita sensibilidade para perceber que grande parte da crise social e ecológica (catarinense) esteja intimamente associada a esta civilização dos negócios” (LENZI, 2000, p. 86).

Todavia, as discussões sobre as desigualdades regionais e urbanas, a problemática ambiental, a descentralização e a participação vão sendo incorporadas gradativamente na agenda do planejamento brasileiro e catarinense. Essas mudanças convergem, em alguma medida, para o enfoque do *planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável*, que recusa o reducionismo econômico, direciona-se ao longo prazo, possui natureza transdisciplinar, contrapõe a lógica das necessidades à lógica do mercado e, em lugar de insistir nos instrumentos formais, aposta nos dispositivos institucionais que permitam a confrontação de valores e interesses dos diversos grupos sociais (GODARD & SACHS, 1975). Assim, o que se pretende é descrever a prática do planejamento regional e urbano em Santa Catarina, analisar os aspectos dessa prática relacionados aos enfoques convencionais do planejamento e identificar características que apontam em direção ao planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável.

Inicialmente, será apresentado o referencial teórico. Em seguida, serão apresentadas as iniciativas governamentais de planejamento regional e urbano. Posteriormente, é feita uma descrição de como a dimensão ambiental, a descentralização e a participação são incorporadas no planejamento. Na última seção são sintetizadas as características do processo de planejamento regional e urbano em Santa Catarina que apontam na direção ao planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável.

2. Os limites do planejamento convencional e o enfoque do planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável

A preocupação com o planejamento está presente nos países socialistas, nos países capitalistas centrais e periféricos. A experiência do planejamento estatal tem início após a Revolução Russa de 1917. O governo soviético que se instalou tinha como principal meta a criação de uma sociedade dirigida administrativamente para substituir o sistema capitalista de mercado.

Nos países capitalistas centrais, cuja economia se baseia no livre mercado, durante anos o planejamento era percebido de forma equivocada, como se fosse um instrumento intrínseco ao socialismo. Esse era considerado a antítese da democracia, do pluralismo e da liberdade. A Escola Clássica afirmava que o mecanismo de mercado, operando como regulador dos eventos político-econômicos, promovia a harmonia dos interesses individuais pela intercessão de uma mão invisível (GALBRAITH, 1980). Na década de trinta, o governo dos Estados Unidos interveio no processo produtivo. No entanto, foi depois da Segunda Guerra Mundial que o planejamento econômico tomou mais forte impulso nos países capitalistas centrais.

Nos países capitalistas periféricos, as primeiras experiências de planejamento surgiram após a Segunda Guerra Mundial. Isso se deve ao esfacelamento do colonialismo e do incentivo da ONU. Muitos países se tornaram independentes e a construção de uma sociedade desenvolvida passou a ser uma das principais metas na América Latina, África e Ásia (LOPES, 1990). Acreditava-se na idéia de que, com o planejamento adequado os países capitalistas periféricos conseguiriam progredir. “Quando utilizado no Terceiro Mundo, o planejamento não só levou consigo essa bagagem histórica, mas também contribuiu profundamente para aquela configuração subeconômica e cultural que hoje descrevemos como subdesenvolvimento” (ESCOBAR, 2000, p. 21).

No plano teórico, as investigações na área do planejamento contemplam diversas concepções. Para fins de apresentação e breve discussão, elegeram-se aqui, por serem estes mais conhecidos e debatidos, o planejamento racional compreensivo e o planejamento incremental identificados com o enfoque convencional de planejamento.

O planejamento racional compreensivo está ligado à tradição do racionalismo filosófico, que teve grande impulso a partir da Revolução Industrial (LOPES, 1990). É conhecido também como totalizador racional, ortodoxo, sinótico (BRAYBROOKE & LINDBLOM, 1972), é o planejamento convencional, realizado de maneira determinística e com base em previsões tidas como certas (MELO, 2001). Braybrooke & Lindblom (1972) criticam os vários tipos de tomada de decisão racional, por eles denominados de “sinótica”. Segundo eles, o modelo racional não é adaptado: (i) às limitadas capacidades humanas para resolver problemas, (ii) à inadequação de informação; (iii) ao custo da análise; (iv) a falhas na construção de um método estimativo satisfatório; (v) às estreitas relações observadas entre fato e valor na elaboração de políticas; (vi) à abertura do sistema de variáveis sobre o qual ele opera; (vii) à necessidade do analista de seqüências estratégicas de movimentos analíticos; (viii) às diversas formas em que os problemas relacionados às políticas realmente ocorrem.

O segundo enfoque mais debatido é o incrementalismo disjuncto, também conhecido como PMA (*Partisan Mutual Adjustment* – Ajuste mútuo entre partes) ou incrementalismo marginal, que tem como principal precursor C. Lindblom. Este enfoque surge, segundo Lopes (1990), sob a influência da teoria microeconômica. Ao passo que a teoria microeconômica repousa em modelos de preferências individuais com base na noção de utilidade, o incrementalismo disjuncto assenta em modelos para a decisão em grupo visando o bem-estar da sociedade. Segundo Dagnino (2002), o incrementalismo disjuncto, ao invés de construir a análise de baixo para cima (“método da raiz”), parte da situação, buscando alterá-la incrementalmente (“método dos galhos”). Esse enfoque de planejamento, segundo Bustelo (1982), pressupõe que, diante de uma determinada situação, o tomador de decisão só conseguirá mudanças limitadas e não radicais (mudanças incrementais).

O enfoque do planejamento convencional ou caminha para a centralização e o determinismo (planejamento racional compreensivo) ou para a fragmentação excessiva e a impossibilidade da mudança (planejamento incremental). Por sua vez, as experiências de planejamento do *socialismo realmente existente* e capitalista de planejamento coincidem na ênfase conferida ao desenvolvimento econômico. Ambas giram em torno do grau da presença do Estado em substituição ao mercado e vice-versa.

O que ocorre é que, a partir da década de 1970, a preocupação com a dimensão ambiental passa a ser cada vez maior. A percepção de que as formulações econômicas convencionais apresentam dificuldades na resposta à problemática ambiental faz com que elas sejam modificadas (GLIGO, 1986), dando origem a outras propostas, como a do ecodesenvolvimento. O termo ecodesenvolvimento foi usado pela primeira vez em 1973, por Maurice Strong, por ocasião da primeira reunião do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, com o propósito de definir um estilo de desenvolvimento alternativo, adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo (SACHS, 1986). Em 1974, Ignacy Sachs retoma o conceito, ampliando seu significado e sua abrangência territorial. Os intérpretes do ecodesenvolvimento propõem um estilo de desenvolvimento alternativo, que deve basear-se na *self-reliance* (autoconfiança), apoiar-se na lógica das necessidades (não na do mercado) e buscar harmonia nos objetivos sociais, ecológicos e econômicos (SACHS, 1998). Tendo essas idéias como referência, o ecodesenvolvimento é considerado um enfoque de planejamento.

Este tem origem na crítica do modelo hegemônico de desenvolvimento e, conseqüentemente, na crítica do planejamento convencional. Gligo (1986), ao abordar as limitações do planejamento convencional na incorporação da dimensão ambiental, afirma que: (i) o mercado não é um mecanismo adequado para perceber os aspectos ambientais do desenvolvimento; (ii) não é possível colocar num mesmo plano hierárquico as leis físicas, ecológicas, políticas, sociais e econômicas; (iii) as novas necessidades de recursos e espaços podem não ter uma resposta tecnológica imediata; (iv) os países capitalistas periféricos devem ter prioridades diferentes de gestão ambiental das dos países capitalistas centrais; (v) o planejamento de longo prazo é fundamental, visto que os ecossistemas possuem uma capacidade limitada de sustentação que, se desconsiderada, pode contribuir para a sua deterioração; (vi) a capacidade de sustentação não diz respeito somente ao ambiente físico; a gestão ambiental, concebida como interação entre oferta ambiental física e a capacidade sociocultural, permitiria uma transformação positiva da natureza e, em conseqüência, da capacidade de sustentação; (vii) existe uma defasagem entre os horizontes econômicos da produção capitalista e o horizonte ecológico do meio ambiente. É na reflexão pautada por esta problemática que os intérpretes do ecodesenvolvimento vão elaborar suas propostas, incorporando o enfoque da teoria dos sistemas e do planejamento sistêmico.

Em meados da década de 1970, conjuntamente com as críticas às teorias econômicas e a tomada de posição dos economistas frente aos desafios apresentados pela problemática ambiental, começa a ser utilizado o enfoque sistêmico para interpretar as perspectivas de desenvolvimento de forma integrada, tratando o planeta como um ecossistema

e assinalando os limites do crescimento econômico. Assim, aparece o informe do Clube de Roma preparado pelo Massachusetts Institute of Technology, que influenciou a abertura do debate sobre o planejamento mundial. Este suscitou um amplo debate, que perpassou a esfera acadêmica, centralizando-se nos méritos e nos custos do crescimento econômico. Datam dessa época os trabalhos de Lewis Mumford, Robert Heilbroner, Eric Lazlo, Fred Emery e Eric Trist, Hasan Ozbekhan, Kenneth Boulding, Daniel Bell, Nicholas Georgescu-Roetgen, entre outros.

A união do enfoque do planejamento sistêmico com o ecodesenvolvimento se dá a partir do trabalho de Ignacy Sachs. Sachs fez uma síntese das contribuições de Michal Kalecki, cujos trabalhos cobriram economias capitalistas desenvolvidas, economias capitalistas subdesenvolvidas e economias socialistas; e dos sistemistas Russel Ackoff, Hasan Ozbekhan e Eric Trist (GODARD & SACHS, 1975).

Muitos encontros e discussões aconteceram entre a primeira conferência das Nações Unidas em 1972 em Estocolmo até a segunda conferência realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Em 1983 foi criada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e em 1987 essa comissão produziu um documento intitulado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Mais do que um rigoroso balanço da situação social e ambiental do planeta, esse relatório tornou-se um manifesto do desenvolvimento sustentável. Este preconiza a satisfação das necessidades da geração atual, levando em consideração as gerações futuras (CMMAD, 1988). Segundo Tonneau (2004) o conceito de desenvolvimento sustentável favoreceu um consenso sobre os objetivos sem que os meios fossem definidos. Justamente por isso, retoma-se o conceito de ecodesenvolvimento.

Desta forma, o planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável incorpora essas contribuições: do planejamento sistêmico, do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável. O planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável é entendido como praxeologia social (SACHS, 1986). Ele é de natureza transdisciplinar, recusa o reducionismo econômico, incorporando outras racionalidades da sociedade, e é direcionado ao longo prazo. Ele deve alimentar de maneira integrada o planejamento socioeconômico a curto, médio e longo prazo, o planejamento do espaço e o planejamento da pesquisa científica e técnica orientado para a resolução dos problemas sócio-ecológicos, superando pontos de vista setoriais (GODARD & SACHS, 1975).

O planejamento é entendido como um processo de decisão contínua antecipatória que entra no sistema racional de ação humana e interliga todos os elementos para direcioná-los aos resultados desejados. Ele está sempre presente na ação humana como

um componente organizador. Regula a ação humana, não o meio ambiente ou a situação. È ditado pelos fins, não pelos meios. O objetivo do planejamento não é o de controlar os indivíduos, mas diminuir os distúrbios que muitas vezes as ações individuais criam no sistema como um todo. Quando a ação humana é compatível com valores compartilhados, os distúrbios sócio-ambientais são diminuídos e a coordenação das ações individuais pode ser alcançada sem a arbitrária restrição à liberdade individual, sem traduzir-se por um sistema rígido (OZBEKHAN, 1971).

O planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável envolve a efetiva implementação de processos participativos que, por sua vez, demandam a descentralização político-administrativa, de tal forma que os atores locais possam ter alcance real de intervenção no processo de formulação e execução do planejamento. A integração da participação dos atores locais com o Estado, além de atores externos, permite a construção de processos de co-gestão, em que os interesses e relações interinstitucionais são negociados, de maneira a se estabelecerem as melhores formas de regulação do desenvolvimento (FEENY et al, 2001; BERKES, 2005).

A base desse planejamento é a explicitação dos valores e preferências dos grupos sociais e não pretende ser o atributo de técnicos, mas o instrumento de que um povo se vale para pensar e realizar seu futuro (GODARD & SACHS, 1975). Ao mesmo tempo, o planejamento não revela uma concepção inocente de unanimidade da sociedade. Ele faz da análise dos conflitos de valores e/ou interesses um dos elementos centrais para localizar as zonas de consenso possíveis e as zonas de conflitos irreduzíveis.

Esse processo de diálogo compatibiliza um nível importante de participação, essencial para o ecodesenvolvimento. Para que ocorra essa participação, o planejador deve encorajar iniciativas locais, mas buscando compatibilizá-las com outras iniciativas e com o interesse geral no longo prazo. A tarefa do planejador é de harmonizar interesses socioeconômicos, ecológicos e culturais, definindo uma estratégia de desenvolvimento em equilíbrio com os princípios éticos da solidariedade sincrônica com os contemporâneos e diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 1986).

As características aqui relacionadas ao enfoque do planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável e ao enfoque do planejamento convencional nortearão a descrição e análise do caso catarinense.

3. O planejamento regional e urbano em Santa Catarina: iniciativas governamentais

A primeira experiência de planejamento regional em Santa Catarina foi a dos “Termos de Referência para os Planos Micro-Regionais de Desenvolvimento Integrado”, que teve lugar na década de 1960, a partir de iniciativa do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e, depois, da Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL). O processo de planejamento partiu do nível microrregional, através das Associações de Municípios, que se formaram, espontaneamente, com o objetivo inicial de fortalecerem seus interesses políticos (SERFHAU, 1972). A SUDESUL estimulou esse processo através de ajuda financeira e orientação técnica para que os municípios se agrupassem. Ressalta-se como positiva a iniciativa espontânea das Associações de Municípios, mas como negativa a exclusão do Estado desse processo. Segundo Souto-Maior (1992), até esse ponto, os planos produzidos consistiram em um levantamento de dados e diagnósticos superficiais – que não saíram da prateleira.

A “Política de Desenvolvimento Regional e Urbano de Santa Catarina” (PDRU) foi formulada em 1981 pelo Gabinete de Planejamento (GAPLAN), no Governo de Jorge Bornhausen. Ela contou com a colaboração técnica e financeira do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IPEA) e da Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento (ITEP) (SANTA CATARINA, 1981).

Constituindo-se numa primeira tentativa de proposição de uma distribuição espacial desejável para as intervenções governamentais e para as transformações da realidade urbana e regional a PDRU/SC deve buscar estabelecer um consenso acerca do conteúdo das ações públicas e privadas, no sentido de reduzir os desequilíbrios inter-regionais observados na organização espacial catarinense, ao mesmo tempo em que busca orientar a ação do aparelho administrativo do Estado na consecução do modelo territorial preconizado (idem, ibidem, p. 15-6).

O objetivo geral da PDRU era a redução dos desequilíbrios regionais. No entanto, ela também apresentava alguns problemas da organização espacial catarinense: “a ausência de um sistema de planejamento regional integrado, a reduzida integração inter-regional, o crescimento das disparidades regionais em renda per capita, a insuficiência de ligações viárias no leste-oeste, o enfraquecimento das finanças públicas e a utilização predatória do meio ambiente” (SIEBERT, 2001, p. 146). A partir dos problemas levantados foram definidos objetivos específicos, cinco áreas homogêneas de intervenção e 96 diretrizes para as áreas de intervenção.

Na seqüência surgiu o documento “Santa Catarina, Estado onde investir”, organizado em 1990, no Governo Casildo Maldaner, pela Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. O objetivo deste trabalho foi o de atrair investimentos internos e externos. Ele trouxe informações sobre o Estado (ocupação territorial, população, infraestrutura, dados socioeconômicos e tecnologia) e foi o primeiro documento que caracterizou a especialização funcional produtiva do Estado. Este, contudo, se limitou a apresentar dados não se configurando propriamente num plano com propostas e diretrizes (SIEBERT, 2001).

O “Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio Econômico” (PIDSE) foi elaborado em 1990 no Governo Casildo Maldaner pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG/SC) e Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa de Santa Catarina (atual Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE).

“O PIDSE era um conjunto de diagnósticos municipais, com o objetivo de contribuir com o processo de municipalização no planejamento e gestão das ações municipais de caráter econômico, subsidiar as ações do Governo estadual e oportunizar informações aos interessados na expansão e/ou implantação de investimentos” (Siebert, 2001:149).

O Estado assumiu o papel de promotor e mobilizador do desenvolvimento econômico e social. O PIDSE, assim como o “Santa Catarina, Estado onde investir”, também se limitou a apresentar dados. Porém, apesar das limitações, ambos fizeram uma descrição do setor produtivo catarinense (idem, ibidem).

O “Atlas de Santa Catarina” foi elaborado em 1986, no Governo Esperidião Amin, com o objetivo de enriquecer o conhecimento sobre a realidade catarinense. Foi elaborado pelo GAPLAN. Os dados foram extraídos do Censo de 1980 [IBGE] e foram apresentados na forma de mapas físicos e temáticos, gráficos, tabelas e textos de análise e comentários (SANTA CATARINA, 1986).

Segundo Sérgio Sachet, na época Secretário Chefe do GAPLAN:

Colocando a geografia como uma fase de planejamento, principalmente em relação ao diagnóstico do todo espacial, o Atlas de Santa Catarina, através de seus mapas e textos, constitui um importante meio para a tomada de decisões. Seus capítulos, abrangendo os aspectos administrativos, físicos, humanos, econômicos, de serviços e estruturais urbanos, indicam as potencialidades e deficiências do Estado, demonstrando cartograficamente a base das relações exercidas no seu espaço (idem, ibidem, p. 7).

Outra experiência a ser destacada é a do “Plano Básico de Desenvolvimento Regional” (PBDR). Segundo Birkner (2004), no final da década de 1980, a Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) elaborou o “Plano de Ordenamento Territorial” quando o Prefeito de Blumenau, Vilson Kleinubing, era presidente a Associação. Posteriormente, quando foi eleito governador do Estado (1990-1994), levou a idéia e estendeu a outras Associações de Municípios com o nome de “Plano Básico de Desenvolvimento

Regional” (PBDR). Iniciado na gestão de Vilson Kleinubing e Konder Reis, transformou-se em “Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico” (PBDEE) na gestão seguinte, de Paulo Afonso, prosseguindo com este nome no governo de Esperidião Amim. Ele cobre o intervalo de 1992 a 1999, sendo o mais longo período contínuo de planejamento na história de Santa Catarina (SIEBERT, 2001).

Esse trabalho descentralizado só foi possível graças a eficiente estrutura do associativismo municipal catarinense, fenômeno característico de nosso Estado. As 18 Associações de Municípios que congregam os 261 municípios catarinenses, se articulam através da Federação Catarinense das Associações Municipais (FECAM) com o Governo do Estado e da União. Através delas, os municípios dispõem de assessoria técnica nas mais diversas áreas: legislativa, administrativa, urbanística, etc. Esta estrutura se forma espontaneamente, sem interferência do Estado, e ao longo dos anos evoluiu de maneira a refletir, em sua regionalização, os vínculos sócio-econômicos e culturais que existem entre os municípios catarinenses (SANTA CATARINA, 1998, p. 7).

O objetivo dos Planos Básicos era a promoção do desenvolvimento integrado, sustentável e equilibrado. Através do convênio Governo – Associações de Municípios, os recursos eram repassados para que uma equipe técnica realizasse o plano que era estruturado em duas partes: a situação atual e a proposta. O fator negativo da descentralização foi um desnível técnico entre os planos apresentados e a ausência de um plano para todo o Estado (SIEBERT, 2001).

O “Zoneamento Ecológico Econômico” (ZEE) foi elaborado em 1999, no segundo Governo de Esperidião Amim. Foram elaborados apenas dois ZEE: um para o Vale do Itajaí e outro para a Baixada Norte catarinense (INSTITUTO CEPA, 2003).

O Zoneamento Ecológico Econômico surge (...) como um instrumento de gestão na busca da sustentabilidade. Cumpre destacar, contudo, que o zoneamento como instrumento de gestão prevê não só levantar o conhecimento técnico-científico disponível (...) mas também, e de forma relevante, estabelecer a participação sistemática dos agentes sociais que atuam na região (idem, ibidem, p. 3).

O ZEE tem por objetivo apontar as propostas básicas de desenvolvimento sustentável para uma determinada região. A elaboração do ZEE se deu de forma centralizada. Inovou apresentando cenários futuros e utilização de computação gráfica e geoprocessamento. Paralelo ao ZEE, foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SDM) o Plano de Gerenciamento Costeiro para o litoral de Santa Catarina, em consonância com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7661/88.

Outra tentativa de planejamento regional no Brasil e em Santa Catarina é a das “Regiões Metropolitanas”. Essas foram instituídas em 1973 através da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho. O objetivo principal da região metropolitana é, segundo Theis (2001, p. 234) “congregar os municípios que tenham uma relação entre si, para, juntos, elaborarem

projetos e buscarem recursos, visando implementar obras de interesse regional – já que as de interesse local são atendidas pela respectiva municipalidade”.

Em Santa Catarina foram criadas seis regiões metropolitanas englobando todo o Estado: a Região Metropolitana Carbonífera, a de Florianópolis, a da Foz do Rio Itajaí, a do Norte/Nordeste Catarinense, a do Vale do Itajaí e a de Tubarão.

Outra tentativa de planejamento regional que se destaca é a do “Eixo Horizontal de Desenvolvimento e Integração”, ligado ao Plano Plurianual (PPA). Em Santa Catarina, ele foi elaborado em 1999 pelo professor Alcides Abreu, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) buscando integrar as diversas regiões do Estado (SIEBERT, 2001).

Atualmente, o governo Luis Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira (2003-2006), através da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPG/SC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), está implementando uma estratégia de planejamento do desenvolvimento regional que almeja transformar trinta regiões administrativas, criadas pela SPG/SC e PNUD, em pólos de desenvolvimento sustentável.

As iniciativas de planejamento regional em Santa Catarina até aqui vistas demonstram preocupação crescente com as desigualdades regionais e urbanas. Porém, percebe-se uma descontinuidade, já que, geralmente, cada governo muda: períodos de continuidade são exceção.

4. A dimensão ambiental e o planejamento

O Estado de Santa Catarina deu início à implantação de uma estrutura voltada aos problemas ambientais em 1975, com a criação da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), do Conselho Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (CETMA) e da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA). O CETMA e a FATMA foram vinculados a SETMA até 1977, quando a Secretaria foi extinta pela Lei nº 5.292 (MASSIGNAN, 1995). A SETMA ficou localizada funcionalmente na área econômica da estrutura do governo estadual e seu primeiro e único secretário foi Augusto Batista Pereira, fundador e proprietário da Carbonífera Treviso S/A e da Treviso Agrícola S/A (BORINELLI, 1998).

Constatou-se a existência de uma estrutura voltada para o meio ambiente, contudo sem articulação entre os órgãos que a compõem, mesmo entre as gerências da SETMA, especialmente as subordinadas a Diretorias diferentes. Por outro lado, a

junção de diversas áreas – tecnologia, energia, indústria, comércio, turismo e meio ambiente – dentro de uma mesma Secretaria de Estado, demonstrou a dificuldade em interrelacionar interesses conflitantes. Observou-se que a Diretoria de Meio Ambiente da SETMA dispunha de um quadro de pessoal restrito, sem corpo técnico, sem equipamentos e sem recursos para executar suas atribuições (MASSIGNAN, 1995, p. 143).

Além da criação da SETMA, houve uma preocupação crescente, em nível governamental, de criar unidades de conservação. Em 1975 foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SANTA CATARINA, 1986). Nesse período, ainda se iniciou o controle de balneabilidade, realizou-se o levantamento da cobertura vegetal em Santa Catarina pela SUDESUL e IBDF e fez-se a prospecção do calcário no Estado pela SUDESUL (BORINELLI, 1998).

Na primeira gestão da FATMA, o presidente foi Idaulo José Cunha, que liderava a corrente da “gestão ambiental”, em contraposição a corrente “conservacionista”, liderada por Raulino Reitz. A primeira priorizava os problemas ambientais, enquanto a segunda a criação de unidades de conservação, pesquisa, levantamentos e restauração da fauna e flora do Estado (idem, ibidem).

No Governo Konder Reis (1975-1979), o trabalho da FATMA, que deveria ser de fiscalização, foi prejudicado. Existia pouca preocupação com o controle da poluição. Em 1977, com o Decreto nº 2.490, a supervisão da FATMA passou para a Secretaria de Assuntos da Casa Civil. Com essa mudança, a FATMA passou do setor econômico para o setor político (BORINELLI, 1998).

No Governo Jorge Bornhausen (1979-1983) houve importantes avanços no campo do meio ambiente: a aprovação e regulamentação da primeira lei estadual do meio ambiente, o início da regionalização da FATMA, através do COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa Ambiental) e das secretarias regionais da FATMA, e a divulgação da temática ambiental nos meios de comunicação (BORINELLI, 1998).

Em 1979 (Lei nº 5.516) foi criado o GAPLAN, ao qual foi atribuída a supervisão da FATMA (MASSIGNAN, 1995). No governo Bornhausen houve muita rotatividade dos dirigentes da FATMA: cinco em quatro anos (BORINELLI, 1998). Em 1991 ocorreu a neutralização do CETMA e, depois, dos COMSEMAs (Conselhos de Meio Ambiente) como consequência da centralização do poder decisório nas mãos do diretor do órgão ambiental e do secretário do órgão ao qual a FATMA esteve subordinada.

O licenciamento de atividades poluidoras foi adotado como principal instrumento de política de controle da poluição e degradação ambiental com a aprovação da

Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, e sua regulamentação através do Decreto nº 14.250, de 5 de junho de 1981. O controle de polícia passou para a FATMA.

Para Massignan (1988, p. 151), o período que vai de 1975 a 1983 é:

entendido como um período conservador/oligárquico na administração pública estadual, mesmo com as diferenças de abordagem da questão, tiveram sucesso na missão de não alterar as formas tradicionais de apropriação dos recursos naturais (MASSIGNAN, 1998, p. 151).

A função da FATMA em todo esse período foi a de administrar a crise ambiental, não de solucioná-la (idem, *ibidem*).

No Governo Esperidião Amin (1983–1987) criou-se o Conselho de Defesa Ambiental (CODAM), a Secretaria Extraordinária da Reconstrução (SER), o Conselho Extraordinário de Reconstrução (CER), o Serviço Especial de Defesa Comunitária (DECOM), a Comissão Estadual de Controle de Agrotóxicos (CECA) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Novas entidades surgem nesse período: o Movimento Ecológico Livre (MEL) e o Partido Verde (PV) em 1985 (BORINELLI, 1998). Ocorreu também uma maior participação comunitária na resolução de conflitos ambientais.

Esse governo ampliou o potencial do espaço da ação da política ambiental. Porém, segundo Borinelli (1998, p. 156), “os programas do Governo Amin pareciam compreendendo os problemas ambientais isoladamente e assim divorciados das políticas econômicas, de ciência e tecnologia e de recursos minerais”.

No Governo Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner (1987-1990) veio à luz, a partir do movimento ambientalista, a Federação de Entidades Ecologistas Catarinense (FEEC). Foi também nesse governo que se consolidou um novo agente público, o Ministério Público Estadual e Federal, que passou a disputar com a FATMA e o IBAMA a produção de versões dos problemas ambientais. No período que vai de 1987 a 1989, várias medidas aumentaram a autonomia das sedes regionais da FATMA, agora chamadas de Gerências Regionais. Mesmo com os avanços, os “fatores políticos eleitorais e crises ambientais pontuais são as principais lógicas que governam a dinâmica das sedes regionais da FATMA” (BORINELLI, 1998, p. 208). Em 1987 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), mudando novamente a vinculação da FATMA (MASSIGNAN, 1995). Borinelli (1998, p. 193) afirma que “em nenhum dos governos anteriores a preocupação ambiental estivera tão articulada com as demais áreas de ação do governo, inclusive a econômica”.

No Governo Wilson Kleinubing (1991-1994), com a reforma administrativa realizada em 1991, através da Lei nº 8.245, foi criada a Secretaria de Estado de Tecnologia,

Energia e Meio Ambiente (STM). Esta Secretaria incorporou todas as funções da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e as funções atinentes ao Meio Ambiente da SEDUMA, exercendo-as diretamente ou através de órgãos vinculados, como as Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (CELESC), Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), FATMA, Junta Comercial de Santa Catarina etc. (MASSIGNAN, 1995, p. 65)

A FATMA passou a se chamar apenas Fundação do Meio Ambiente, em 1991, através da Lei nº 8.245. Atualmente, a FATMA tem como missão garantir a preservação dos recursos naturais do Estado. Atua na gestão de oito unidades de conservação estaduais; na fiscalização, buscando evitar a degradação, exploração e extinção de recursos naturais; no licenciamento ambiental; no programa de prevenção e atendimento a acidentes com cargas perigosas; no geoprocessamento; nos estudos, pesquisas ambientais e publicações técnicas e na pesquisa de balneabilidade (FATMA, 2006).

Para Borinelli (1998), a questão ambiental em Santa Catarina foi mantida na marginalidade política. “O aparato do meio ambiente, em quase todos os governos, ocupou uma posição subalterna e isolada na estrutura administrativa estadual, conforme demonstraram os planos de governo (idem, ibidem, p. 220). Massignan (1995, p. 149-50) conclui que “a política ambiental do Estado de Santa Catarina carece de consistência, continuidade e interação entre os diversos setores da administração pública e destes com a sociedade civil (...) O governo do Estado “reorganiza” sua estrutura a cada gestão, mas não instrumentaliza a administração burocrática para o exercício de suas atribuições, nem verifica as necessidades reais dos setores criados, extintos ou adaptados”.

5. A descentralização e a participação regional no planejamento

As iniciativas de descentralização e participação estão previstas desde o “Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina” que, posteriormente, vai motivar a experiência do PLAMEG I. Em maior ou em menor grau, a descentralização e a participação passam a estar presentes nas ações governamentais.

Paralela à ação governamental, observam-se experiências a partir das próprias regiões. Birkner (2004) aponta como iniciativa descentralizadora em Santa Catarina o processo da criação das fundações regionais de ensino superior, iniciado na década de 1960,

em resposta à falta de uma política estatal. As Associações de Municípios surgem na mesma década e os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado aparecem na década de 1990.

A primeira Associação de Municípios de Santa Catarina foi fundada em 1961. Atualmente, existem 21 Associações de Municípios. Elas surgiram com a finalidade básica de aumentar o poder reivindicatório dos municípios junto aos órgãos estatais para a resolução de problemas comuns (Souto-Maior, 1992). Dentre os objetivos que norteiam a atuação das Associações de Municípios estão o desenvolvimento em nível regional através da técnica de planejamento e a prestação de serviços e assistência técnica aos municípios associados (Kraus, 1991).

As Associações de Municípios de Santa Catarina tem um papel atuante no nível regional e estadual. No nível estadual, participaram ativamente dos termos de referência na década de 1960 e, em maior ou menor grau, de todas as iniciativas de planejamento regional que se sucederam. No nível regional, contam com iniciativas desde as próprias municipalidades.

Tem-se em Santa Catarina um processo de descentralização que iniciou na década de 1960, com a criação das Associações de Municípios, e continuou na década de 1990, com a criação dos Fóruns e depois das Agências de Desenvolvimento Regional. O primeiro Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado foi criado em 1996, em Chapecó, por iniciativa da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC). Na seqüência, é criado o Fórum Catarinense de Desenvolvimento (FORUMCAT), com o fim de congregiar todos os fóruns catarinenses (BIRKNER, 2004).

O FORUMCAT incorporou os preceitos da Agenda 21 catarinense organizada a partir de 2000. No I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Local e Sustentável em agosto de 2001, organizado pelo FORUMCAT, originou-se a Carta de Chapecó que define que as estratégias de desenvolvimento regional do Estado devem contemplar quatro dimensões: política, social, econômica e ambiental (BIRKNER, 2004).

O Governo Esperidião Amin (1992-2002) apoiou essa iniciativa. Porém, o governo que o sucedeu adotou uma nova estratégia: as 29 secretarias de desenvolvimento regional, com outro recorte territorial, que difere do recorte das Associações de Municípios e dos Fóruns. O processo de reestruturação proposto pelo atual governo critica as administrações anteriores:

O Governo do Estado precisa de uma forte reestruturação. Tempos novos e um governo velho. Tempos digitais e um governo manual. Concentrado e, por isso, ineficaz. Centralizador, e, por isso, personalista. Distante e, por isso, ausente do conjunto de regiões mais afastadas. Autoritário, e, por isso, reprodutor das velhas

práticas politiqueras de submissão, via concessão de favores (SANTA CATARINA, 2006).

Apesar do posicionamento inovador, as Secretarias de Desenvolvimento Regional têm sido duramente criticadas por serem compostas, cada uma, de 15 a 20 cargos vinculados aos partidos da base governista, podendo fortalecer relações clientelistas ao invés de atenuá-las. Ficam algumas perguntas:

Por que o governo estadual não aproveitou a estrutura do Forumcat, de seus fóruns regionais e também das associações intermunicipais, essas com uma experiência de atuação de pelo menos três décadas? Por que substituir, ainda que se propondo incluir, essas estruturas com o seu potencial de sinergia por uma outra estrutura fortemente partidária de cunho eleitoral visível? (BIRKNER, 2004, p. 228).

As Associações de Municípios tem quatro décadas de história e de parceria com o governo estadual, independente da vinculação partidária. Os FDRI contam com uma década de experiência. O governo atual adota uma estratégia de descentralização concebida “de cima para baixo” (*top-down*) em vez de valorizar e estimular as iniciativas de planejamento regional desde as próprias regiões.

6. Perspectivas do planejamento em Santa Catarina: o caminho depende de aonde se quer ir

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

(Carlos Drummond de Andrade, No meio do Caminho)

O presente artigo teve por objetivo analisar o planejamento regional e urbano em Santa Catarina, tendo como referencial teórico e normativo o planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável. Em vista desse propósito, partiu-se do pressuposto de que o planejamento regional e urbano em Santa Catarina, em certa medida, caracteriza-se como convencional (que prioriza o econômico, baseia-se no curto prazo, é centralizado, setorial e trata inadequadamente as desigualdades regionais e a problemática ambiental). Contudo, a partir das discussões sobre desigualdades regionais e urbanas (na década de

50/60), da problemática ambiental (na década de 70), da descentralização e da participação (na década de 80), constata-se mudanças.

O planejamento regional e urbano catarinense caracteriza-se pela ênfase na dimensão econômica, pelas iniciativas *top-down* na contra-mão das iniciativas desde as próprias regiões, pela descontinuidade dos planos que, via de regra, mudam a cada troca de governo (continuidade é exceção), pelas dificuldades de incorporação da dimensão ambiental, que se encontra relacionada à gestão setorializada e com perfil reativo-remedial, voltada à preservação, pouco articulada com outras ações de desenvolvimento. A descentralização e a participação avançam com a experiência das associações de municípios e os FDRI, porém, nem sempre contam com o apoio do governo estadual.

Percebem-se avanços consideráveis no campo normativo, institucional e operacional no planejamento regional e urbano no Brasil e em Santa Catarina: as leis mudaram, instituições foram criadas e novos instrumentos de planejamento e gestão instituídos. Esses avanços são importantíssimos, mas não levam necessariamente ao desenvolvimento territorial sustentável. Subsistem muitas práticas relacionadas ao enfoque convencional de planejamento. É preciso que haja descentralização e democratização em todos os níveis para que não se perpetue a cultura política clientelista, conservadora e ainda fortemente marcada por resquícios autoritários. O planejamento do desenvolvimento deveria abrir-se de maneira mais efetiva “à participação autêntica das forças vivas da sociedade civil e à integração transsetorial e interinstitucional” (VIEIRA & RIBEIRO, 2006).

Se o caminho desejável é o do desenvolvimento territorial sustentável, um primeiro passo poderia ser dado no sentido de valorizar as iniciativas desde as próprias regiões. Em Santa Catarina, estas são representadas principalmente pelas associações de municípios e FDRI. Este seria um passo necessário, porém, insuficiente, em face das pedras que continuam no caminho!

Bibliografia

BERKES, Fikret. Conexões Institucionais transescalares. In: VIEIRA, P. H. F., BERKES, F. e SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 293-332.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social e reformas políticas em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado**. Campinas, UNICAMP, 2004, 313p. Tese de Doutorado, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BORINELLI, Benilson. **Um fracasso necessário: política ambiental em Santa Catarina e debilidade institucional (1975-1991)**. Florianópolis: UFSC, 1998, 234 p. Dissertação, Curso de Pós-Graduação em Administração, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BRAYBROOKE, David & LINDBLOM, Charles E. **Uma estratégia de decisão social: escolha de políticas alternativas como processo social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

BUSTELO, Eduardo S. Planejamento e política social: a dialética do possível. In: BROMLEY, Ray & BUSTELO, Eduardo S.(org). **Política x Técnica no planejamento: perspectivas críticas**. São Paulo e Brasília: Editora Brasiliense e UNICEF, 1982, p. 132-152.

DAGNINO, Renato et alii. **Gestão estratégica da inovação: metodologia para análise e implementação**. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 211-228.

FATMA. **O que é a FATMA**. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul 2006.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.C. & Moreira, A. C. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001, p. 17-42.

GALBRAITH, John Keneth. **A era da incerteza**. 2ª ed. São Paulo : Pioneira, 1980.

GLIGO, Nicolo. Medio Ambiente en la planificación Latinoamericana: vias para una mayor incorporacion. In: SUNKEL, Osvaldo et al. **La Dimensión Ambiental en la planificación del desarrollo**. Buenos Aires, Argentina : Grupo Editor Latinoamericano, 1986, p. 27-45.

GODARD, Olivier & SACHS, Ignacy. L'environnement et la planification. In: BARRAU, J. et al. **Environnement et qualité de la vie**. Paris, Guy lê prat (col. Bibliotheque de l'environnement, dirigée par Jean A. Ternisien), 1975, p. 207-247.

INSTITUTO CEPA. **Zoneamento Ecológico-Econômico: Vale do Itajaí**. execução Instituto CEPA – SC. Florianópolis: Instituto CEPA, 2003.

KRAUS, Pedro Guilherme. **Associativismo intermunicipal e planejamento microrregional em Santa Catarina**, dissertação. Florianópolis. UFSC, 1991.

LENZI, Cristiano Luis. **O “modelo catarinense” de desenvolvimento: uma idéia em mutação?** Blumenau: Ed. da Furb, 2000.

LOPES, Carlos Thomaz G. **Planejamento, Estado e crescimento**. São Paulo: Editora

Pioneira, 1990.

MASSIGNAN, Soraya. **Política ambiental do Estado de Santa Catarina: 1975 – 1994**. Florianópolis, UFSC, 1995, 164p. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MELO, Maria Ângela Campelo de. **Planejamento em tempo de incerteza: um paradoxo?** Revista de Ciência e Tecnologia RECITEC, Recife, v. 5, p. 171-186, 2001. Disponível em: <www.fudaj.gov.br/rtec/art/art-027.html>. Acesso em: 15 ago 2005.

OZBEKHAN, Hasan. Planning and Action. In: WEISS, P. A. ed. **Hierarchically Organized Systems in Theory and Practice**. Hafner: New York, 1971, p. 123-230.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Conferência de Ignacy Sachs. In: VIEIRA, Paulo Freire et al (org). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998, p. 33-43.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

SANTA CATARINA. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD): Descentralização e o Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: <<http://www.spg.gov.br>>. Acesso 15 jul 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente SDM. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico: Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí**. Florianópolis: SDM, 1998.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia para a Política de Desenvolvimento Regional. **Política de Desenvolvimento Regional e Urbano para Santa Catarina**. Florianópolis, 1981.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG 1961/1965**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, FESC/UDESC, 1985.

SERFHAU. **Planejamento a nível microrregional: anais do III Curso Intensivo de Planejamento Urbano e Local**. Brasília, DF, 1972.

SIEBERT, Claudia. Panorama do planejamento regional em Santa Catarina: da descentralização à construção da solidariedade regional. In: SIEBERT, Claudia (org).

Desenvolvimento regional em Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2001, p. 139-166.

SOUTO-MAIOR, Joel. **A problemática da coordenação, cooperação e planejamento intermunicipais no Brasil.** Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, v. 39, nº 204, jul/set 1992, p.49-65

THEIS, Ivo Marcos et alli. Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, Claudia (org). **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas.** Blumenau: Edifurb, 2001, p. 213-244.

TONNEAU, Jean-Philippe. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro.** São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH, UNICAMP, 2004, p. 81-91.

VIEIRA, Paulo H. Freire & RIBEIRO, Maurício Andrés. **Políticas ambientais no Brasil: gênese, evolução e desafios socioinstitucionais,** 2006 (no prelo).